

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Simon FANGER

O ESTÍMULO AO CONSUMO EM “NÃO VERÁS PAÍS NENHUM” E SUA RELAÇÃO
COM OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

São Paulo

2016

Simon FANGER

O ESTÍMULO AO CONSUMO EM “NÃO VERÁS PAÍS NENHUM” E SUA RELAÇÃO
COM OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Trabalho Temático apresentado às disciplinas do 1º semestre do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo como critério para aprovação.

São Paulo

2016

2016

Simon Fanger

O ESTÍMULO AO CONSUMO EM “NÃO VERÁS PAÍS NENHUM” E SUA RELAÇÃO
COM OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Conceito: _____

Banca examinadora:

Profa. Ma. Daniele Cristina Gonçalves Brene

Assinatura: _____

Profa. Dra. Carla Regina Mota Dieguez

Assinatura: _____

Prof. Henrique Mariano Coimbra Ferreira

Assinatura: _____

Prof. Me. José Mário de Oliveira Mendes

Assinatura: _____

Profa. Maria Rosa Crespo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Ivan Russeff

Assinatura: _____

Profa. Evanda Verri Paulino

Assinatura: _____

Data da aprovação: ___/___/_____

RESUMO

Este artigo trata da imposição ao consumo presente na obra “Não verás país nenhum”, de Ignácio de Loyola Brandão, publicado primeiramente em 1981, e sua relação com o momento econômico do Brasil no início da ditadura militar no que foi chamado de “milagre brasileiro”. Através da análise da literatura, apresenta alguns aspectos importantes da economia, como o crescimento da produção de bens de consumo, a redução de impostos e o controle de preços para mostrar as bases desse “milagre”. Mostra alguns trechos do livro em que o autor caracteriza o estímulo ao consumo imposto pelo governo e faz paralelos entre aspectos da cidadania e do consumo, falando também sobre o consumidor-cidadão.

Palavras-chave: Consumo; Incentivo; Cidadania; Consumidor-cidadão; Ditadura; Brasil

ABSTRACT

This article deals with the imposition of consumption present in Ignácio de Loyola Brandão's work "Não verás país nenhum", firstly published in 1981, and its relation to the economic situation in Brazil in the beginning of the military dictatorship during what was called the "Brazilian miracle". Through literature analysis, it presents some important aspects of the economy, as the growth in the production of goods, the reduction of taxes and the control of prices in order to show the bases of this "miracle". It shows some passages of the book in which the author characterizes the stimulus to consumption imposed by the government and draws parallels between the aspects of citizenship and consumption, also talking about the consumer-citizen.

Keywords: Consumption; Incentive; Citizenship; Consumer-citizen; Dictatorship; Brazil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 A DITADURA MILITAR BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970	7
3 O INCENTIVO AO CONSUMO EM “NÃO VERÁS PAÍS NENHUM” E SUA RELAÇÃO COM A DITADURA MILITAR BRASILEIRA.....	10
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14

1 INTRODUÇÃO

Em seu livro “Não verás país nenhum” Ignácio de Loyola Brandão (2008) aborda questões atualíssimas numa história publicada pela primeira vez no início da década de 80. A ditadura militar estava instalada no Brasil desde o golpe de 1964 e o período conhecido como “milagre econômico brasileiro” já havia terminado há quase uma década. Durante os anos do “milagre”, as taxas de crescimento do PIB do país foram bastante elevadas, mas devido a fatores diversos, esse crescimento não se sustentou por muito tempo.

Com a economia e as questões sociais permeando a obra, o autor, ao fazer uma alegoria do momento em que o Brasil vivia, retratou o incentivo ao consumo que o governo deste país promovia. A obrigação imposta aos cidadãos de adquirir produtos semanalmente sugere uma crítica densa das questões econômicas. A existência de um comércio formal setorizado e de um comércio informal, fora da lei, faz alusão ao momento econômico que o país vivenciava em 1981, ano da primeira edição da obra, e nos leva a pensar nas dificuldades que o Brasil enfrentava à época.

Este breve estudo pretende observar como este incentivo institucionalizado ao consumo foi retratado no livro “Não verás país nenhum” e investigar sua possível relação com o incentivo ao consumo promovido durante os anos do “milagre econômico brasileiro” nos primeiros anos da década de 1970, e a relação entre consumo e cidadania. Através da análise de alguns textos sobre a ditadura e seus aspectos econômicos e também traçando alguns paralelos entre a obra e os reais acontecimentos pretendemos discorrer sobre este incentivo.

2 A DITADURA MILITAR BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970

O golpe de 1964 levou o país a uma ditadura militar de direita. O governo de João Goulart, imerso numa crise econômica, foi destituído pelos militares, mesmo com os relativamente altos índices de popularidade do presidente. Faremos um breve panorama dos fatos que levaram ao golpe. Com a volta do presidencialismo em 1963, Jango e sua equipe econômica prometem um pacote de incentivos e proibições para alavancar o crescimento econômico do país. Tratava-se da criação do Plano Trienal, que ajudaria a acabar também com a inflação, um grande problema (REIS FILHO, 2014).

Na contramão das expectativas do governo, o Plano não teve o apoio de ninguém. Os críticos do programa estavam divididos entre a esquerda, que pregava que o Plano importaria um peso muito grande aos trabalhadores, e a direita, que dizia que as medidas eram distributivistas e inflacionárias. As tensões crescentes entre os diversos setores da sociedade culminaram com o avanço de tropas militares para o Rio de Janeiro, a fuga de João Goulart para Brasília e depois para o Rio Grande do Sul, e finalmente o asilo em Montevideú (REIS FILHO, 2014).

As razões para a falta de resistência ainda carecem de compreensão, já que “[...] a hipótese de uma luta derrotada não pôde ser verificada, porque a rendição assegurou uma derrota sem luta.” (REIS FILHO, 2014, p. 45). Apesar dos pedidos de dois dos mais altos assessores, Abelardo Jurema (ministro da Justiça) e Darcy Ribeiro (chefe do Gabinete Civil), não houve luta, e o governo foi deposto em abril de 1964 (SKIDMORE, 2004).

O que se seguiu foi a eleição pelo Congresso de Castello Branco como Presidente do Brasil. Em seu enquadramento social e ideológico, seu governo foi:

[...] um Governo de militares e tecnocratas, um Governo da classe média tradicional, que exerceu uma política econômica imobilista e alienada da realidade. Foi um Governo em que operários, camponeses, estudantes e empresários estavam ausentes (PEREIRA, 1972, p. 166).

Considerando o predomínio de militares e tecnocratas, neste caso em sua grande maioria economistas de formação, o Governo deixou de dialogar com os diversos setores da população. Este rompimento de forma mais direta se deu com os envolvidos no processo produtivo: os industriais e os operários. A exclusão dos empresários industriais é “[...] sem dúvida, a causa por excelência, a causa mais geral, da crise brasileira atual.” (PEREIRA, 1972, p. 166). Sem representatividade dentro do Governo, os industriais não puderam defender seus interesses capitalistas, e numa economia baseada nestes moldes, isso acaba se tornando muito grave.

O Governo João Goulart apresentava dívidas externas bilionárias, caminhando para a insolvência, e a inflação anual estava na casa dos 3 dígitos. Para combatê-la, Castello Branco utilizou três grandes instrumentos: a redução do déficit público, o controle mais rigoroso do crédito e a política salarial. Com estas medidas austeras, em meados de 1965 a situação de inflação galopante parecia estar sob controle. Na contramão do sucesso, o governo adota uma medida que acabou agravando o problema: reduziu impostos sobre bens de consumo duráveis com o intuito declarado de estimular a produção industrial. O consumo recebia incentivos mas a situação de uma base monetária cada vez maior provocava uma pressão enorme sobre os índices de inflação (SKIDMORE, 2004).

Coriat e Saboia (1988) afirmam que apesar da performance insatisfatória no campo econômico, os primeiros anos da Ditadura foram capazes de controlar a inflação ao custo de baixas taxas de crescimento, em especial na indústria de bens de consumo não duráveis. O estímulo ao consumo vinha para os bens de consumo duráveis com um crescimento de 4,1% no período de 1962-1967 contra a estagnação na indústria de bens de consumo não duráveis.

Costa e Silva assume o poder em 1967 com promessas de desenvolvimento econômico e o foco no homem, numa crítica ao governo de Castello Branco, preocupado com as taxas e índices (REIS FILHO, 2014). Delfim Neto, o novo ministro da Fazenda, preconizava agora que o crédito devia estar mais disponível para que a demanda fosse estimulada já que a causa principal da inflação no Brasil, dizia ele, eram os custos e não a demanda (SKIDMORE, 2004).

Com os novos índices econômicos mostrando melhoras, em grande parte pelas bases já preparadas pelo governo anterior, Costa e Silva pôde traçar planos para ofertar crédito direto ao consumidor. Junto a isso tivemos uma certa concentração de renda nas mãos da classe média, o que permitiu o aumento da sua capacidade de compra de bens de consumo duráveis (PEREIRA, 1972).

Os preços passam a ser controlados por diversas medidas governamentais e a demanda estimulada (PEREIRA, 1972). Isto serviu de base para o que se chamou de “milagre econômico brasileiro”, período entre 1967-1973 com índices de crescimento do PIB em torno de 11% ao ano em um país tomado por uma euforia desenvolvimentista (REIS FILHO, 2014). A indústria de transformação alcançava altos índices de crescimento, com destaque para a indústria de bens de consumo duráveis, que cresceu incríveis 26,6% no período de 1967 a 1973, e a de bens de consumo não duráveis, que ficou estagnada no período de 1962 a 1967 e que cresceu 4,9% no período seguinte (CORIAT; SABOIA, 1988).

Na sociedade retratada por Ignácio de Loyola Brandão em sua obra “Não verás país nenhum” é feita uma crítica muito grande ao sistema de consumo forçado pelo Governo, e podemos ver que talvez este estímulo à criação de demanda nos primeiros anos da ditadura militar brasileira pode ter servido de base para este aspecto da obra de Loyola.

3 O INCENTIVO AO CONSUMO EM “NÃO VERÁS PAÍS NENHUM” E SUA RELAÇÃO COM A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Como vimos, o forte estímulo à criação de demanda para os bens de consumo duráveis e não duráveis feita pelo governo de Costa e Silva, apoiado nas ideias de Delfim Neto e que possibilitou o que chamamos comumente de “milagre brasileiro”, fez com que as taxas de crescimento destes setores da economia fossem bastante significativas.

Loyola descreve em vários momentos da obra que analisamos aqui os aspectos econômicos do Esquema. Este Esquema, o governo do Brasil no momento retratado, já havia concedido a diversas nações estrangeiras o direito de explorar regiões diferentes do Brasil, e grandes partes do Nordeste, Norte e Centro-Oeste já não eram mais, tecnicamente, parte do Estado brasileiro.

Em uma de suas conversas com o sobrinho, com o intuito de nos apresentar a real situação econômica do país, Souza responde a um comentário do sobrinho de que a economia nunca esteve tão forte, e a conversa segue:

- Forte? Ninguém tem dinheiro. O país endividado. Não há terras para plantio. Tudo custa os olhos da cara, estamos importando tudo.
- Importamos poucas coisas.
- Pouquíssima. Sal, açúcar, minério de ferro, xisto, feijão, eletricidade, papel, plásticos. Quer a lista inteira? (BRANDÃO, 2008, p. 81)

Podemos visualizar aqui que, mesmo com os esforços do Esquema em mostrar como estava excelente a situação econômica do país, Souza tem a real noção de que nada está tão bem assim como pensam os cidadãos comuns como, por exemplo, seu sobrinho militar.

Como tudo parece estar a ponto de explodir e a questão econômica do país também está a um passo da explosão, Brandão cria no decorrer da obra uma sensação de opressão constante. Esta opressão é mostrada por diversas vezes, seja no controle que o governo tem sobre os horários das pessoas, ou sobre o exato trajeto que as pessoas devem fazer para chegar aos seus destinos, ou também na imposição

deste consumo forçado de itens para sustentar o regime, como podemos ver neste trecho: “Segunda é o dia obrigatório de compras. O povo deve consumir, para que as fábricas possam fabricar e não haja a insidiosa recessão” (BRANDÃO, 2008, p. 88).

Souza e sua esposa são retratados com detalhes numa dessas idas ao Distrito de Compras. Para fins da inspeção final, não importa o que foi comprado, e sim apenas ter comprado algo. Numa das descrições do Distrito, Brandão diz que há muitos cidadãos que não têm mais a obrigação de comprar, mas que isso acarreta alguns problemas, pois vários produtos só são encontrados nos Distritos e quem não tem mais a obrigação de comprar também não pode mais adentrar estas áreas. Assim, há uma intensa troca informal e ilegal de produtos.

Numa outra passagem da descrição do dia de compras, Brandão nos remete à ambientação de um shopping center atual em dias próximos a datas comemorativas:

O Distrito é um tormento. As pessoas parecem gostar. Riem, se divertem, se encontram, bebem, falam alto, entram em lojas, amontoam-se. Há uma atração neste Distrito, não há dúvida. As galerias são frescas, acondicionadas, luzes naturais filtram-se através dos telhados de vidro. (BRANDÃO, 2008, p. 92).

Belinky (2010, p.35, grifos do autor), em sua dissertação de mestrado em Administração Pública, afirma que seria perigoso “[...] reduzir a *cidadania* ao *consumo*, ou seja, implicitamente assumir que *ser cidadão* é um atributo exclusivo das pessoas que *consomem* ou que, pela via inversa, *bastaria consumir para ser cidadão*”. Podemos perceber no Brasil questões muito delicadas com relação a estas facetas da definição de consumidor e cidadão pois temos grandes parcelas da população que são incapazes de consumir, e por outro lado, não podemos ignorar que ser cidadão também pode estar condicionado a muitas outras formas de se adquirir esta cidadania.

Entretanto, vemos também que é impossível desassociar estes conceitos, o de cidadania e o de consumo, dos vieses coletivos e individuais pois seus aspectos ora permeiam por questões ligadas ao individual, como direitos e deveres, ora partem para ações pensadas no coletivo, como a compra de produtos brasileiros para

privilegiar os fabricantes nacionais. Belinky (2010, p.42, grifo do autor) define o consumidor-cidadão como:

[...] o indivíduo que, idealmente, nas suas decisões e ações envolvendo o acesso e desfrute de bens e serviços, exerce e preserva os direitos de que desfruta e, ao fazê-lo, busca intencionalmente participar dos processos coletivos cujos resultados afetam a si mesmo e ao conjunto da sociedade em que vive.

Num contexto ditatorial como o que havia na época em que “Não verás país nenhum” foi escrito e também nos momentos econômicos anteriores analisados no início desta pesquisa, podemos dizer que utilizar este conceito de consumidor-cidadão para traçar paralelos entre as ações do Esquema para incentivar o consumo, ou pensar nos planos de governo que priorizaram o estímulo ao consumo e a oferta de crédito da época do “milagre econômico” é algo um tanto quanto arriscado, já que não se podia dizer que os direitos dos cidadãos eram devidamente respeitados. Por outro lado, podemos pensar também que esta aproximação é possível, pois a participação em processos coletivos, como a obrigação de comprar, trazia um objetivo de manter a economia girando e produzindo. Este objetivo talvez não fosse essencialmente voltado aos interesses do coletivo. Obviamente uma recessão influenciaria a vida de muitos brasileiros, mas ela também seria prejudicial aos bolsos da classe de comerciantes e industriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma alusão ao incentivo ao consumo institucionalizado pelo regime ditatorial representado na obra “Não verás país nenhum”, Ignácio de Loyola Brandão nos traz uma alegoria do consumo obrigatório, na qual cidadãos precisam compulsoriamente adquirir algum produto para que o regime se sustente e a economia continue a gerar riquezas. Através das discussões sobre o momento econômico vivido pelo Brasil pós “milagre”, de sua contextualização dentro da ditadura militar e das discussões acerca das dimensões e finalidade do consumo realizado por um consumidor-cidadão, discutimos como o consumo apóia o fortalecimento de um regime ditatorial, galgado no estabelecimento de objetivos de consumo geral para que o bem social possa ser alcançado.

O estabelecimento de políticas de governo para o incentivo ao consumo, principalmente no governo Costa e Silva, possibilitou o crescimento econômico, mas foram tempos em que sabemos que diversos direitos dos cidadãos foram diminuídos. O mesmo ocorre com a alegoria do Esquema na obra de Ignácio de Loyola Brandão e o paralelo com a imposição da obrigação de compras semanais. Talvez, nesta alusão, a questão tratada seja exatamente o contrário: para se evitar uma recessão e a perda de dinheiro de muitos empresários e de outros membros das classes mais ricas, o Esquema obrigava a população a dar seu dinheiro a eles, sem se preocupar com a satisfação ou não de seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELINKY, Aron. **Consumo, cidadania e a construção da democracia no Brasil contemporâneo**: observações e reflexões sobre a história do Idec. 2010. 344 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5374>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Não verás país nenhum**. 27. ed. São Paulo: Global, 2008.

CORIAT, Benjamin; SABOIA, João. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. **Ensaio FEE**, v. 9, n. 2, p. 3-45, 1988.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.